

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, POBREZA URBANA E SUAS RELAÇÕES COM A AGRICULTURA URBANA: *FRAGMENTOS DE UMA DISCUSSÃO*¹

Marina de Fátima Brandão Carneiro²
Igor Martins de Oliveira³
Gabriel Alves Veloso⁴

Resumo: A partir do processo de urbanização a questão da segurança alimentar e nutricional toma proporções alarmantes, visto o aumento dos índices de pobreza urbana. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo apresentar fragmentos de uma discussão acerca da segurança alimentar e nutricional, relacionados ao desenvolvimento da agricultura urbana, uma vez que essa se manifesta como uma alternativa para o combate à fome, à desnutrição e à pobreza, sobretudo da população urbana, tendo em vista que a carência nutricional adquirida na infância perdura por toda a vida do indivíduo. Metodologicamente fundamentou-se numa pesquisa e análise bibliográfica e documental, através de livros, artigos, dissertações e documentos eletrônicos que abordam sobre o tema. Para exemplificar, fez-se um levantamento e análise de dados quantitativos junto à Organização Pan-Americana da Saúde e à Pastoral da Criança, atuante em dois bairros da cidade de Montes Claros,

¹ Trabalho apresentado no Colóquio Internacional: Recursos na Luta Contra a Pobreza. Unimontes, MG-Brasil, 26 a 28 de agosto de 2010.

² Professora pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais – GEPSA, do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. marina.carneiro@unimontes.br

³ Acadêmico de Iniciação Científica Voluntária, Curso de Geografia, Unimontes. Igormdo@yahoo.com.br

⁴ Acadêmico de Iniciação Científica Voluntária, Curso de Geografia, Unimontes. Gabrielveloso38@yahoo.com.br

a partir dos dados obtidos gerou-se um mapa da distribuição da pobreza no Brasil, por regiões e gráficos relativos à desnutrição infantil nos bairros. A título de conclusão percebe-se que se torna cada vez mais urgente a busca de alternativas mais eficazes e contínuas para os problemas relacionados à insegurança alimentar e nutricional, considerando que a fome é um flagelo que só tem aumentado nos últimos anos, apesar das várias iniciativas implementadas para minimizar o problema em todo o mundo.

Palavras-chave: Segurança alimentar e nutricional. Agricultura urbana. Pobreza urbana.

FOOD AND NUTRITION SECURITY, URBAN POVERTY AND ITS RELATIONS WITH THE URBAN AGRICULTURE: FRAGMENTS OF A DISCUSSION

Abstract: From the urbanization process the issue of food security and nutrition takes alarming proportions, known the increasing rates of urban poverty. Therefore, this article aims to present fragments of a discussion about food security and nutrition related to the development of urban agriculture, once this manifests itself as an alternative to the fight against hunger, malnutrition and poverty, especially urban population, given that the nutritional deficiency acquires in childhood continues throughout the life of the individual. Methodology based on a literature review and research and documentation, through books, articles, dissertations and electronic documents that deal with the subject. To illustrate, we have a survey and analysis of quantitative data from the Pan American Health Organization and the Children's Mission, working in two districts of the city of Montes Claros. From the data, it was generated a map of the distribution of poverty in Brazil, regions and graphs relating to child malnutrition in the neighborhoods. In conclusion, it is observed that becomes increasingly urgent search for alternative more efficient and continuous to the problems related to food and nutrition security, considering that hunger is a scourge that has only increased in recent years, despite several initiatives implemented to minimize the problem around the world.

Key words: Food and nutrition security. Urban Agriculture. Urban poverty.

Introdução

A sociedade contemporânea está enfrentando sérios problemas derivados, em grande parte, do agravamento de uma crise social, econômica e/ou política que vem afetando países de todos os continentes. No cerne destas questões a fome e a miséria tomam proporções alarmantes uma vez que,

atualmente mais da metade da população mundial sofre de algum tipo de problema de nutrição, seja por deficiência, seja por excesso alimentar, visto que esta questão está diretamente ligada à distribuição de renda, pois a diferença entre ricos e pobres não para de aumentar; seja dentro dos países ou a nível mundial (LE BIHAN et al, 2002. p.23).

Corroborando com esta afirmação, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, apoiado nas estimativas da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO, indicam que no ano de 2009, o total de pessoas subnutridas alcançaria o recorde de 1.020 bilhões de pessoas. Este índice tão expressivo associa-se diretamente à crise econômica mundial, que acarretou alta dos preços de alimentos e energia, dificultando ainda mais o acesso dos pobres à alimentação. A América Latina e o Caribe, por exemplo, possuíam entre 1995-1997, 52 milhões de subnutridos, passando para 45 milhões entre 2004-2006; no entanto, devido à crise financeira este percentual aumentou quase 13% entre 2008 e 2009.

Nesse contexto, a alimentação e a nutrição adquirem extrema importância para os grupos humanos, como condicionante na determinação da qualidade de vida em todas as regiões do mundo. Sendo assim, o termo segurança alimentar vem ganhando, cada vez mais, espaço nas discussões que buscam soluções para combater as carências alimentares da sociedade atual e futura. Tais discussões têm se apoiado na DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948), no que se refere a que “toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação”. Diante das implicações da declaração, inúmeros debates foram propostos para buscar alternativas que possibilitem sanar as deficiências alimentares da sociedade.

No Brasil, as discussões acerca dessa temática ganham notoriedade com Josué de Castro em meados do século XX, com a publicação de vários artigos e livros sobre a fome, alimentação brasileira e condições de vida do homem nordestino, especialmente. No entanto, é a partir da década de 1980 que as questões referentes à fome, desnutrição e pobreza no Brasil começam a fazer parte dos debates científicos, populares e políticos, deixando de ser “um tema proibido”. Contudo, “a utilização da noção de segurança alimentar limitava-se, até então, a avaliar o controle do estado nutricional dos indivíduos, sobretudo a desnutrição infantil” (MALUF, 1996, p.02). Hoje, a segurança alimentar permeia várias discussões em múltiplas instâncias dentro de cada país e no mundo e o seu significado consiste em garantir que a população tenha o acesso a uma alimentação com regularidade, qualidade e quantidade suficientes para uma vida ativa, digna e saudável, isto é, que não haja desnutrição.

Atualmente novas fundamentações foram somadas às discussões, de forma que novas implementações teóricas e metodológicas foram criadas. Sabe-se que ao se referir à segurança alimentar deve-se considerar não somente a questão da desnutrição, mas é de suma relevância salientar os altos índices de obesidade apresentados por vários segmentos da sociedade, principalmente no que se refere às crianças e adolescentes. Fato este que se dá, não somente pela falta de renda, mas também pela ingestão de alimentações inadequadas, facilmente encontradas nos mercados uma vez que,

Os setores da agricultura e da indústria alimentar continuam a produzir sem se preocuparem muito com as conseqüências que essa produção acarreta à saúde a longo prazo. Dessa forma, o setor da saúde acaba sendo forçado a assumir a maior parte dos gastos decorrentes das patologias causadas pela alimentação inadequada (LA BIHAN et al, 2002, p.24).

Nesse sentido verifica-se a ingestão de sanduíches e lanches rápidos que são muitas vezes comprados pela rua, em carrocinhas, quiosques, vendedores ambulantes e outros, desconhecendo a procedência e os cuidados sanitários. Somando-se a isso, outro fator de suma importância é o sedentarismo vivido pela sociedade contemporânea, contribuindo para o crescimento acelerado de doenças ligadas à hipertensão, diabetes, cardiovasculares, dentre outras. O

corre-corre da vida cotidiana é um fator que tem contribuído para a insegurança alimentar; falta tempo e condições para uma alimentação de qualidade, com regularidade e digna para uma grande parcela da população.

No Brasil, verifica-se que, como produto das condições socioeconômicas observadas nos setores mais pobres da nossa sociedade, há contingentes consideráveis de crianças e mulheres (especialmente o grupo materno-infantil), de jovens e idosos com déficit de peso em relação ao esperado para a sua idade ou altura, pois são os mais afetados pela fome/desnutrição. Diante disso, o governo aprovou a Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006, criando o “Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências”. De acordo com esta Lei, no seu Art. 3,

a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (CARNEIRO, 2008).

Assim, a busca de soluções para os problemas relativos à segurança alimentar e nutricional têm se intensificado no Brasil e no mundo. Uma das alternativas é expressa através da implantação e desenvolvimento da agricultura urbana, devido a sua grande eficiência na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, além de agir diretamente na questão da segurança alimentar. A agricultura urbana vem se firmando como geradora de renda e de trabalho, fortalecedora de vínculos de vizinhança e de valorização da cultura e do conhecimento popular, além de apresentar-se como alternativa para as políticas com vistas à segurança alimentar e nutricional das famílias envolvidas em várias cidades brasileiras.

Nesse contexto, esse artigo tem como objetivo apresentar fragmentos de uma discussão acerca da segurança alimentar e nutricional relacionados ao desenvolvimento da agricultura urbana, uma vez que essa se manifesta como uma alternativa para auxiliar nas questões relativas à fome, desnutrição e

pobreza, sobretudo da população urbana de baixa renda.

Para a elaboração do trabalho realizou-se uma pesquisa e análise bibliográfica e documental, através de livros, artigos, dissertações e documentos eletrônicos que abordam as questões aqui tratadas. Para exemplificar, fez-se um levantamento e análise de dados junto à Organização Pan-Americana da Saúde – OPASO MS e junto à Pastoral da Criança, atuante em dois bairros da cidade de Montes Claros. A partir dos dados obtidos foi gerado um mapa da distribuição da pobreza no Brasil por regiões, utilizando o software Arc View Gis 3.2, e gráficos através do programa Microsoft Excel, os quais contribuem para comparar a realidade relativa à segurança alimentar nos dois bairros.

Segurança Alimentar e nutricional no Brasil

Entre todos os atributos necessários para que a sociedade possa ter uma vida plena e digna a alimentação está no cerne da maioria das discussões, no entanto, o que se observa, atualmente, é que a sociedade contemporânea encontra-se mergulhada em problemas que acarretam um crescimento bastante significativo da insegurança alimentar e nutricional em todo o mundo. A fome, ligada à insegurança alimentar, torna-se uma das principais mazelas e aflições da atualidade. Esta situação pode ser observada nos países desenvolvidos, de economia estruturada e consolidada, bem como nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos que se encontram, atualmente, inseridos nos mesmos problemas (embora estejam com índices muito mais alarmantes). Sabe-se, no entanto, que a questão alimentar remonta há muitos séculos, haja vista que “a subnutrição, a inanição e a fome são assuntos que todos discutem” (JOHNSON, 1975, p.09), mas sem ter alcançado resultados positivos duradouros e abrangentes, considerando as sociedades mundiais.

No Brasil, a questão da fome cria proporções preocupantes. Isso se dá, primeiramente, devido à concentração de renda existente no país, onde grande parte da população vive na linha da pobreza.

Iniciando a década de 1940, Josué de Castro publica o livro Geografia da Fome, onde expõe com muita propriedade e clareza esta problemática e, segundo ele, a fome no Brasil é um reflexo do passado histórico do país,

A fome no Brasil, que perdura apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência antes de tudo, do seu passado histórico, com seus grupos humanos, sempre em luta e quase sempre sem harmonia com os quadros naturais. Lutas em certos casos provocadas e por culpa, portanto, da agressividade do meio, que iniciou abertamente as hostilidades, mas que, quase sempre por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo o que não significasse vantagem direta e indireta para seus planos de aventura mercantil (CASTRO, J. 1984 p.280-281).

Tal situação perdura até os dias atuais, apesar dos grandes avanços econômicos, tecnológicos e socioculturais promovidos pelo país.

Para tentar sanar o problema da fome no mundo e no Brasil, os governos têm se apoiado na segurança alimentar, que segundo Novais (2008, p.16),

É definida (a segurança alimentar) como a garantia a todos de alimentos básicos e de qualidade e em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades especiais. O conceito prescreve a adoção de práticas alimentares saudáveis, de maneira a contribuir para uma existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana. E agrega aspectos relativos à soberania alimentar, baseado no uso de tecnologias ecologicamente sustentáveis, e a proteção da cultura alimentar.

No Brasil, desde 1986, “o objetivo da segurança alimentar apareceu, pela primeira vez, dentre os elementos definidores de uma proposta de política de abastecimento alimentar” (MALUF et al, 1996, p.02), cuja elaboração dos projetos e diretrizes estava a cargo do Ministério da Agricultura. No final da década de 1990 destaca-se a atuação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar Sustentável (FBSAN), criado após a Cúpula Mundial de Alimentação, em 1998, que tinha, entre outros motivos:

Mobilizar a sociedade em torno do tema e colaborar para a formação de uma opinião pública favorável à segurança alimentar e nutricional sustentável, inclusive por intermédio dos meios de comunicação de massa; Fomentar a elaboração de propostas de políticas e ações públicas nacionais e internacionais em segurança alimentar e nutricional e direito humano à alimentação (LE BIHANet al, 2002, p.15).

Atualmente todas as políticas de criação e execução de projetos deste cunho estão a cargo do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), cuja expressão máxima de suas políticas é o projeto Fome Zero, tendo como principal objetivo promover a segurança alimentar e nutricional a todos os brasileiros, atacando as causas estruturais da pobreza. As iniciativas envolvem vários ministérios, as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e a sociedade civil organizada (FOME ZERO, 2004). Este programa é expresso através de vários projetos tais como: criação de restaurantes populares, implantação de hortas comunitárias em áreas urbanas, construção de cozinhas comunitárias, melhoria da merenda escolar, aquisição de alimentos pela agricultura familiar, criação dos bancos de alimentos e pela implantação do programa Bolsa Família (NOVAIS, 2008).

De acordo com Casaril, K. e Casaril, C. (2005, p.11) é alarmante a questão da fome não somente no Brasil, mas a maioria dos países em desenvolvimento sofre com a falta de segurança alimentar. Isso se dá devido a falta de emprego e renda, políticas estruturais de apoio à educação básica, à capacitação técnica e aos altos índices de desigualdades. Apontam, ainda, que pesquisas nacionais e internacionais, referentes à fome no Brasil, demonstraram a existência de 44 milhões de brasileiros que não tem assegurado os seus direitos básicos à alimentação.

Drescher et al (2000, p. 1-2), discutem acerca dessa problemática enfatizando alguns fatores que a geram, tais como:

Disponibilidade de alimentos (que depende da produção de alimentos nos setores rural e urbano; importações, comercialização e distribuição de alimentos, infra-estrutura, disponibilidade de energia, combustível, etc.); Acesso a alimentos (que depende do poder aquisitivo dos habitantes urbanos, produção de subsistência, vínculos campo-cidade, redes domésticas, familiares, de vizinhança etc.); Qualidade do alimento (que depende dos cuidados higiênicos e de conservação da comida vendida nas ruas, da qualidade da produção, do abuso de pesticidas, da qualidade da água usada na produção, das condições sanitárias nos mercados, da qualidade do ar etc.).

Contudo o que realmente necessita é de uma transformação no quadro atual de insegurança alimentar, com o surgimento de um novo paradigma que concebe a nutrição como um direito humano (LE BIHAN et al, 2002, p.14).

Segundo estes autores, medidas de combate à insegurança alimentar devem ser implementadas de forma que atinjam principalmente as gestantes, as crianças e os jovens, uma vez que,

A subnutrição começa durante a vida fetal e, de acordo com as condições socioeconômicas, pode persistir ao longo de toda a vida, sobretudo no caso das meninas e das mulheres, que, por sua vez, dão à luz bebês já prejudicados por atraso do crescimento intra-uterino (LE BIHAN et al, 2002, p.43).

Neste sentido, eles elaboraram o seguinte esquema

Nutrição ao Longo da Vida

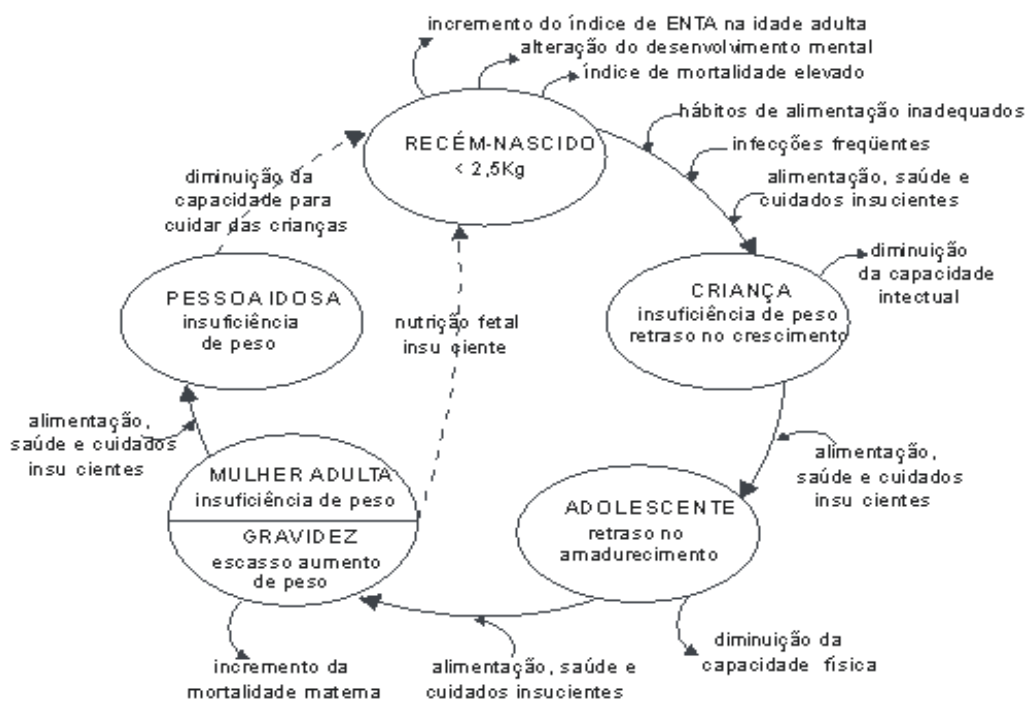


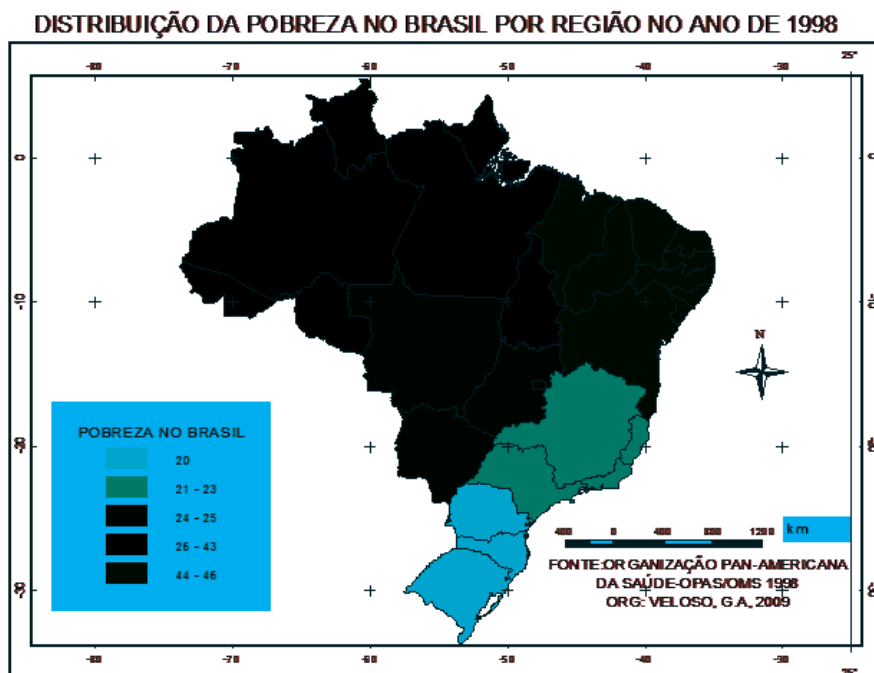
Figura 1: Nutrição ao Longo da Vida
Fonte: Le Bihan et al (2002).

Inserido na questão alimentar infantil, a desnutrição ganha fundamental importância, devido aos seus grandes malefícios na vida da criança. Segundo Le Bihan (2002), a insuficiência alimentar infantil gerará reflexo durante toda a vida o indivíduo, desde a infância até a velhice.

Maluf (2006) coloca que a gravidade da insuficiência alimentar está para a criança principalmente no que se refere à desnutrição crônica, que corresponde à relação da altura pela idade do indivíduo, e em menor grau está a desnutrição aguda, sendo a mais conhecida, no que se relaciona o déficit de peso pela altura. Contudo, percebe-se pelo trabalho de Maluf (2006), que

há distribuição de pobreza em todo o Brasil e, conseqüentemente, ligado a isto há problemas quanto à segurança alimentar.

A partir da análise do mapa a seguir, percebe-se que a maior concentração de pobreza encontra-se no Nordeste. Este fato relaciona-se com os fatores históricos de concentração de renda e fundiária sempre existentes na região. Em contra partida as regiões Sul e Sudeste, respectivamente, apresentam os menores índices, fato este explicado, em grande parte, pelo tipo de colonização do Sul, que impulsionou o seu desenvolvimento, e no caso do Sudeste é devido, sobretudo, ao seu desenvolvido parque industrial e a grande funcionalidade comercial.



Segurança Alimentar e Nutricional em Montes Claros/MG

A cidade de Montes Claros localiza-se no Norte de Minas Gerais, na microrregião de mesmo nome, apresenta-se, atualmente, como cidade dinâmica e funcional, fato este oriundo de seu processo de urbanização, que acarretou

em um grande fluxo populacional para a cidade nas quatro últimas décadas.

No que se refere à distribuição demográfica do município, a urbanização “[...] confere novas características ao espaço ocupado. Associa-se este fato às transformações produtivas, à concentração de trabalho nas cidades, às inovações tecnológicas e aos investimentos que se concentram nas cidades” (SOUZA e FRANÇA, 2009. p.2). Contudo, a urbanização acarretou, para a cidade de Montes Claros, sérios problemas, principalmente econômicos e sociais, visto que grande parte da população fica à margem do sistema produtivo, de moradia adequada, de alimentação e de saúde.

Sobre este assunto Santos et al (2009, p. 08) assim afirmaram:

A maior parte da população fica à margem de boa parte desses serviços, podendo utilizar apenas os que estão mais acessíveis economicamente, ou seja, os mais baratos, ou até mesmo os que são oferecidos pelo governo ou a Prefeitura Municipal. Os serviços mais sofisticados são utilizados apenas pela população de maior poder aquisitivo.

Assim, os problemas econômicos da população montesclareense são de suma importância devido aos reflexos destes na questão alimentar urbana. Neste sentido, grande parte da população está inserida no grupo que vive em situação de insegurança alimentar.

Assim, destaca-se o trabalho da Pastoral da Criança, vinculada à Igreja Católica, para minimizar a insegurança alimentar e nutricional da população mais carente, atuando, na cidade, especialmente, fazendo o acompanhamento de gestantes e crianças de até cinco anos de idade; fazendo controle de peso e o pré-natal; dando orientação na alimentação destes segmentos da sociedade. Este trabalho está presente em toda a cidade, agindo, principalmente, nos bairros periféricos, cuja população convive diariamente com os problemas de insegurança alimentar e nutricionais. O acompanhamento é feito através de visitas mensais às famílias cadastradas e, através da pesagem de todas as crianças, para verificar o desenvolvimento das mesmas. As líderes da Pastoral participam, também, da distribuição de leite para as famílias participantes do projeto “Leite pela Vida”, do governo Federal.

Através da análise dos dados de acompanhamento e avaliação mensal das ações básicas de saúde e educação na comunidade, realizados pela Pastoral da Criança, em dois bairros da cidade Montes Claros, em 2009, quais sejam: o bairro Nossa Senhora de Fátima e o Vila Anália, percebe-se que, em ambos, demonstraram a fundamental importância do trabalho da Pastoral na qualidade de vida, especialmente, das crianças.

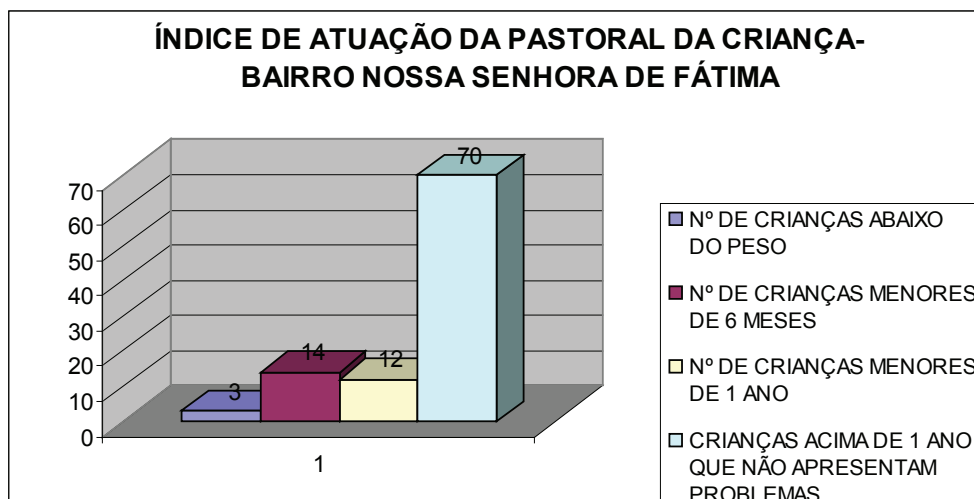


Gráfico 1: Índices de atuação da Pastoral da Criança no Bairro Nossa Senhora de Fátima

Fonte: Folha de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde e Educação na Comunidade - FABS, Pastoral da Criança, 2009.

ORG: OLIVEIRA, I. M. de, 2009.

Pela análise do Gráfico 1, verifica-se o expressivo resultado alcançado pela Pastoral no bairro Nossa Senhora de Fátima, uma vez que, dentre as 99 crianças cadastradas, apenas 3 possuem peso abaixo do indicado e 70 crianças, acima de 1 ano não apresentam problemas. Ressalta-se que as faixas etárias estendem-se desde recém nascidos (classificados na categoria “menores de seis meses”), até crianças de cinco anos (classificadas na categoria “acima de 1 ano”).

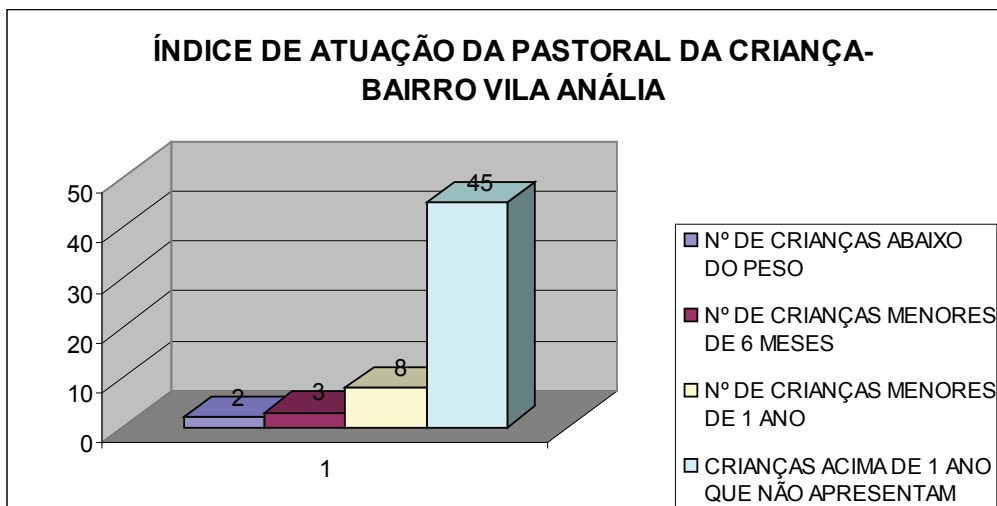


Gráfico 2: Índices de atuação da Pastoral da Criança no Bairro Vila Anália.

Fonte: Folha de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde e Educação na Comunidade - FABS, Pastoral da Criança, 2009.

ORG: OLIVEIRA, I. M. de, 2009.

O Gráfico 2 refere-se aos índices do bairro Vila Anália, o qual está situado na periferia da cidade e é constituído, em sua maioria por uma população economicamente bastante carente. Neste bairro a Pastoral acompanha o crescimento e desenvolvimento de 58 crianças, também divididas em todas as faixas de 0 a 5 anos. Como no bairro citado anteriormente o trabalho tem-se realizado de forma muito satisfatória, visto que, de todas as crianças cadastradas no bairro Vila Anália apenas duas apresentam peso abaixo do indicado e 45 não apresentam problemas. Entretanto, os dados obtidos junto à Pastoral não significam que as crianças que não apresentam características de desnutrição possuem segurança alimentar. Devido às condições de carência, especificamente, econômica a população local não alcança todos os indicadores de segurança alimentar.

Neste contexto, verifica-se a importância dos trabalhos de educação alimentar e os acompanhamentos realizados pela Pastoral, ajudando e ensinando as mães na elaboração de remédios e alimentos caseiros, mais nutritivos e ricos em vitaminas necessários ao desenvolvimento das crianças. Através dos trabalhos educativos, os próprios moradores podem melhorar seus hábitos alimentares de forma a criar alternativas que minimizem suas carências,

desenvolvendo cultivos agrícolas de frutas, hortaliças e plantas medicinais dentro do bairro, em lotes vagos e nos quintais.

Agricultura Urbana e suas relações com a segurança alimentar e problemas socioeconômicos

Diante do acelerado e intenso processo de urbanização verificados nas quatro últimas décadas, uma gama de problemas socioeconômicos e estruturais surge em meio a grande articulação funcional das cidades, envolvendo o crescimento populacional desordenado, o aumento do número de desempregados ou subempregados e, conseqüentemente, da pobreza e da insegurança alimentar.

De acordo com Carneiro (2008), “[...] como um produto das precárias condições socioeconômicas, observado nos setores mais pobres da sociedade brasileira, a fome-desnutrição são os sintomas, dentre outros, os mais perversos”.

Desta forma, novas alternativas precisam ser buscadas a fim de minimizar tais problemas. Neste sentido, o desenvolvimento de atividades agrícolas dentro das cidades torna-se uma solução prática, de baixo custo e de significativo retorno financeiro como expressado por Rezende e Cleps Júnior (2004, p.01),

essas atividades podem ter grande importância, com forma de equilibrar um suposto ecossistema urbano. Ou seja, como forma de melhorar as condições econômicas, sociais, ambientais e até mesmo culturais dos seus habitantes. Isto porque a Agricultura Urbana é uma atividade simples, tecnologicamente acessível, requerente de pouco ou nenhum recurso financeiro.

Neste contexto, a Agricultura Urbana é definida pela FAO (1999), como toda prática agrícola situada dentro da cidade ou em torno desta, tais como hortas ou criações voltadas para a subsistência ou para o comércio de pequeno porte. Marcelino e Diniz (2007) afirmam que a agricultura urbana é, geralmente, praticada em pequenas e médias áreas no interior das cidades, em relação à extensão das áreas agrícolas da chamada agricultura rural. Em relação a esta diferenciação Carmo (2006, p. 25), afirma que “o principal aspecto no qual a Agricultura Urbana difere da Rural é o ambiente, essa pode ser realizada

em qualquer ambiente [...] podendo ser praticada diretamente no solo, em canteiros suspensos, em vasos, ou onde a criatividade sugerir”. Para Mougeot (2000), não é a localização que diferencia a agricultura urbana da rural, mas sim, o fato da primeira está integrada e interagindo com o ecossistema urbano. Ele esclarece, ainda, que,

Essa integração com o ecossistema urbano não é captada na maioria das definições do conceito de AU, e menos ainda é desenvolvida em termos operacionais. Ainda que a natureza das concentrações urbanas e de seus sistemas de abastecimento de alimentos tenha mudado, a necessidade da AU de interagir adequadamente com o resto da cidade, por um lado, e com a produção rural e as importações, por outro, continua sendo tão decisiva hoje como era há milhares de anos (MOUGEOT, 2000, p. 5).

Outro fato relacionado à Agricultura Urbana é que, na maioria dos casos, a produção é destinada ao consumo próprio, ligado ao caráter da segurança alimentar, ou então ao comércio de pequeno porte, tendo em vista que um dos objetivos a AU é a produção de excedente financeiro. Contudo, a produção de alimentos na cidade busca, em grande parte, resolver as carências da população mais pobre das áreas urbanas, considerando o acesso inadequado e insuficiente aos alimentos, relacionado à falta de disponibilidade ou à falta de poder aquisitivo, bem como às dificuldades de acesso às oportunidades formais de emprego, devido às crises financeiras, falta de qualificação e saturação de mercado, conforme Drescher et al. (2000).

Além disto, a Agricultura Urbana produz alimentos perto dos consumidores, podendo ser praticada dentro do próprio bairro ou quintal. Esta proximidade reduz os custos com transportes, armazenamentos e embalagens, fatos que acarretarão uma significativa diminuição do preço para o consumidor, na opinião de Smit (2000).

Portanto, a Agricultura Urbana não se restringe apenas à questão da segurança alimentar, ela envolve em uma gama de funções e de utilizações para a melhoria de vida dos cidadãos e para o abastecimento da cidade. Desta forma, a mesma, pode ser atribuída como multidimensional visto que, além da produção, gerará, também, educação ambiental e alimentar, renda e pos-

tos de emprego, com ocupações para a própria família e, sobretudo, para a parcela da população, que encontra maior grau de dificuldade para conseguir emprego, neste caso, podem ser citados os idosos, os jovens e as mulheres, sobretudo aquelas que possuem crianças pequenas.

Neste sentido, Santandrel e Lovo (2007, p. 12) afirmam que,

A AUP (agricultura urbana e periurbana) é praticada por indivíduos ou organizações formais ou informais nas mais diversas condições sociais, sendo necessário para sua prática a disposição individual, coletiva e a viabilização das condições necessárias para tanto. A prática da AUP está relacionada também com o lazer, a saúde, a cultura, a economia e o ambiente. Destacamos o envolvimento de grupos vulneráveis como: mulheres, desempregados, migrantes rurais, portadores de necessidades especiais, crianças jovens e idosos, produtores periurbanos, comunidades tradicionais entre outros.

Sobre a atuação das mulheres na Agricultura Urbana, McClintock (2006) escreveu sobre a participação das mulheres na prática da AU no Senegal, que se desenvolveu rapidamente como forma de contribuir na questão da segurança alimentar de uma população, também, crescente.

Outro caráter de suma relevância da AU é a capacidade de transformação dos espaços urbanos, através da modificação do desempenho ecológico das cidades, sobretudo através da reutilização de áreas, uma vez que impulsiona notáveis melhorias como a redução de áreas vagas nas cidades que poderiam servir como espaços de acúmulo de lixo e de proliferação de insetos e roedores, provocando graves problemas de saúde pública.

Já, Mendonça et al. (2007), ao tratarem da AU no Rio de Janeiro, discutem suas relações com os valores culturais, as lembranças e hábitos rurais, como é o caso do cultivo de plantas medicinais, preparação de remédios caseiros e o cultivo de plantas características de suas regiões de origem.

Devido a sua grande aplicabilidade a Agricultura Urbana, no Brasil, tem sido apoiada por inúmeras organizações e instituições como Ongs, universidades, sociedade civil organizada e governos, conforme especificado por Santandrel e Lovo (2007, p.16):

Governo Federal: incluindo iniciativas financiadas pelo MDS (convênios para promover cozinhas comunitárias, compra direta, comedores populares, etc.), as iniciativas de incubadoras e projetos apoiados por outros órgãos de instância federal como outros ministérios, EMBRAPA, etc, em parceria com os governos locais, ONG, OSB, universidades, etc. **Prefeituras e Estado:** incluindo iniciativas promovidas, apoiadas e financiadas pelas prefeituras (com uma grande diversidade de Secretarias e outras instancias municipais) e pelo governo estadual, como ações da EMATER, ou mesmo sozinhos ou em parceria com universidades, ONG, OSB, etc. **Sociedade civil, academia e setor privado:** incluindo iniciativas promovidas, apoiadas e financiadas por ONG, OSB, movimentos sociais, grupos de produtores e agricultores urbanos, universidades e pelo setor privado, na maior parte das vezes sozinhos, mas, em algumas situações, também em parceria com o poder público.

No que se refere à atuação do governo federal no sentido de buscar soluções para os problemas relacionados com a segurança alimentar e nutricional, cabe ressaltar as implementações feitas através do Programa Fome Zero, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, contando com o apoio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), cuja política é executada através da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), de acordo com Arruda (2006).

Neste sentido, do ponto de vista de Arruda (2006), uma eficiente forma de atuação dos Governos Estadual e Municipal seria através do incentivo à implantação de hortas escolares. Essas, além de contribuírem na própria alimentação escolar das crianças e jovens, ligar-se-ia a um trabalho multidimensional, para auxiliar nos fundamentos práticos de Geografia, Biologia, Ecologia, além das técnicas agrícolas e educação ambiental, alimentar e cultural.

A participação da sociedade civil se dá através concretização das práticas agrícolas urbanas, seja nas próprias casas ou na forma de associações através das hortas comunitárias. Gallo et al. (2005, p.47), ao discutirem acerca da implantação de hortas domésticas e comunitárias na cidade de Piracicaba/SP, afirmam que,

[...] em relação à horta comunitária, deve ser ela incentivada como uma das possibilidades, para a geração de trabalho e renda. É evidente que uma ou duas hortas comunitárias apresentem pouca visibilidade, ainda que sejam eficazes em suas propostas. Nesse sentido, há a necessidade de que a experiência se estenda para muitos outros bairros.

Portanto, percebe-se a grande importância que a prática da Agricultura Urbana desempenha dentro das cidades e suas relações com a segurança alimentar e nutricional, bem como possibilidade de minimizar problemas socioeconômicos da população envolvida. Ela se apresenta como uma das principais alternativas na redução da insegurança alimentar dos cidadãos, na geração de postos de trabalho, de renda e na reestruturação de áreas urbanas desabitadas, como os lotes vagos.

Considerações Finais

Com a nova configuração espacial das cidades impulsionada pelo processo de urbanização, novas funcionalidades foram criadas, em contrapartida inúmeros problemas socioeconômicos também surgiram e/ou se intensificaram. Dentre esses problemas, a fome/desnutrição é, sem dúvida, dos mais graves, afetando uma grande parcela da população, especialmente, os menos favorecidos socioeconomicamente.

Nesse contexto, torna-se cada vez mais urgente a busca de alternativas mais eficazes e contínuas para os problemas relacionados à insegurança alimentar e nutricional, considerando que a fome é um flagelo que só tem aumentado nos últimos anos, apesar das várias iniciativas implementadas para minimizar o problema em todo o mundo.

É nesse sentido que a Agricultura Urbana se afirma como alternativa possível, gerando inúmeros debates e diversas ações no sentido de promover o seu desenvolvimento em todo o mundo, especialmente para o combate à pobreza e à insegurança alimentar e nutricional. Isto é fato em muitas cidades do Brasil, inclusive na cidade de Montes Claros.

Referências

AQUINO, Adriana Maria de. e ASSIS, Renato Linhares de. **Agricultura Orgânica em áreas Urbanas e Periurbanas com base na Agroecologia**. Disponível em: www.scielo.br/pdf/asocv10n1v10n1a09.pdf, acessado em 27 de junho de 2009.

ARRUDA, Juliana. Agricultura urbana e peri-urbana em Campinas/SP: análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas públicas. 162 f. **Dissertação** (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Unicamp, Campinas, 2006.

CARMO, Lúcio Flávio Zancanela do. Agricultura Urbana na cidade de Rio Branco, Acre: caracterização, espacialização e subsídios ao Planejamento Urbano. 133 f. **Dissertação** (Mestrado em Solos e Nutrição de Plantas) – Universidade Federal de Viçosa, UFV, Viçosa, 2006.

CARNEIRO, M. de F. B.. O Processo de Urbanização Acelerado e suas Relações com a Segurança Alimentar e Nutricional: algumas considerações. In: XV Encontro Nacional de Geógrafos. O Espaço não Pára, por uma AGB em Movimento. 2008, São Paulo. **Anais... São Paulo: AGB, 2008. CD-ROM.**

CASARIL, Kérley Braga Pereira Bento e CASARIL, C. C.. A Segurança Alimentar e a Fome no Brasil: contribuição ao debate. In: CASARIL, K. B. P. B. e PLEIN, C. (Org.). **Segurança Alimentar Numa Perspectiva Multidisciplinar**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10 ed. Rio de Janeiro:Antares, 1984.

CLEPS JÚNIOR, J.; RESENDE, S. A Agricultura Urbana em Uberlândia (MG). In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS. 2004, Goiânia. **Anais...** Goiânia: AGB, 2004. 1 CD-ROM.

COMITÊ DE AGRICULTURA – COAG/FAO. **La Agricultura Urbana y Periurbana**. Roma: COAG/FAO, 1999. Disponível em: <<http://www.fao.org/unfao/bodies/coag/coag15/x0076s.htm>>. Acesso em: 28 Abr. 2009.

DINIZ, João Rafael Vissotto de Paiva e MARCELINO, Lucimara, **A agricultura urbana na perspectiva do comércio justo e solidário: alternativa para o desenvolvimento local na busca da sustentabilidade das cidades.** Disponível em: www.poli.usp.brpaugusto.neivanesolPublicacoesV%20EncontroArtigosTecnologiaTEC-07.pdf. Acessado em: 02 de agosto de 2009.

DRESCHER, A. W; JACOBI, Petra e AMEND, Joerg. Segurança Alimentar Urbana: Agricultura urbana, uma resposta à crise? In: **La Agricultura Urbana**. Vol. 1. julho de 2000. disponível em: www.ipes.org.br

GALLO, Zildo; MARTINS, Lilia A. de Toledo Piza e PERES, Maria Thereza Miguel. **Pobreza, meio ambiente e economia solidária: o caso de Piracicaba.** Disponível em: www.fae.edupublicacoespdfrevista_da_fae_rev_fae_v8_n1rev_fae_v8_n1_04.pdf. acessado em: 27 de junho de 2009.

LE BIHAN, Geneviève; DELPEUCH, Francis e MAIRE, Bernard. **Alimentação, Nutrição e Políticas Públicas.** São Paulo. Instituto Polis, 2002. disponível em www.polis.org.br. Acesso em 26 de junho 2009.

MALUF, Renato, S; MENEZES, Francisco e VALENTE, Flávio, L. **Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil, 1996.** disponível em www.polis.org.br. Acesso em 26 de junho 2009.

MALUF, Renato S. Segurança alimentar e fome no Brasil - 10 anos

da **Cúpula Mundial de Alimentação. Relatórios Técnicos**, 2 Agosto – 2006. disponível em: www.actionaid.org.brPortals0Docsrelatorio10anosCMA.pdf, acessado em: 06 de outubro de 2009.

MC CLINTOCK, Nathan C. **Mulheres na agricultura periurbana senegalesa: o caso de Touba Peycouck.** Disponível em: www.geography.berkeley.edu/.../McClintock_RUAF_Portuguese.pdf. acessado em: 27 de junho de 2009.

MENDONÇA, Marcio Mattos DE; CANAVESI, Flaviane DE Carvalho e MONTERIO, Denis. Agricultura urbana e a vida comunitária no Rio de Janeiro (RJ). In: SANTANDREL, Alain; LOVO, Ivana Cristina. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção: Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUPem Regiões Metropolitanas Brasileiras**. Disponível em: www.rede-mg.org.br/article_get.php?id=100. Acessado em: 07 Abr. 2009.

MOUGEOT, Luc J.A. **Agricultura Urbana: conceito e definição**. In: La Agricultura Urbana. Vol. 1. julho de 2000. disponível em: www.ipes.org.br

NOVAIS, Cláudia dos Reis Lisboa. Segurança alimentar e nutricional: um estudo da contribuição do Banco Municipal de Alimentos de Diadema. 112 f. **Dissertação** (Mestrado em Nutrição Humana Aplicada), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SANTANDREL, Alain; LOVO, Ivana Cristina. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção: Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUPem Regiões Metropolitanas Brasileiras**. Disponível em: www.rede-mg.org.br/article_get.php?id=100. Acessado em: 07 Abr. 2009.

SANTOS, Adriana Marcelino dos et al. **O Setor de Serviços de Uma Cidade Média e seus Reflexos na Sociedade: o caso de Montes Claros/MG**. In: VII Encontro Regional de Geografia. 2009. Montes Claros. **ANAIS...**, Montes Claros: Unimontes, CD ROM.

SOUZA, Vanessa Cristina Soares de. e FRANÇA, Iara Soares de. Desenvolvimento Urbano, Gestão Habitacional e assentamentos Precários em Montes Claros/ MG. In: V Encontro Regional dos Povos do Cerrado. 2009. Pirapora. **ANAIS...** Pirapora: Unimontes, CD ROM.

SMIT, Jac. Agricultura Urbana e Biodiversidade: Urbanização e Reprodução da biodiversidade. . In: **La Agricultura Urbana**. Vol. 1. julho de 2000. disponível em: www.ipes.org.br

Recebido para publicação em maio de 2011

Aceito para publicação em agosto de 2011